

RR 1.001/2006-108-03-00 – 4ª Turma – PUBLICAÇÃO: DEJT 16/10/2009

RECURSO DE REVISTA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INDICAÇÃO DO DIÁRIO DE JUSTIÇA COMO FONTE DE PUBLICAÇÃO. DISSENSÃO PRETORIANA EXTRAÍDA DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO CONTEMPLADO NA EMENTA RESPECTIVA. IMPRESTABILIDADE. SÚMULA Nº 337, I, a, DO TST.

Os julgados paradigmáticos revelam-se inservíveis à demonstração do conflito pretoriano, pois o recorrente indica como fonte oficial de publicação o DJ, mas os trechos em que se encontra a tese pretensamente divergente – prescindibilidade de concurso público para ingresso nos conselhos profissionais – compõe a fundamentação dos julgados, a qual não é publicada nos Diários de Justiça. Os referidos periódicos publicam tão-somente as ementas e os resultados dos julgamentos, razão por que, para que restassem atendidas as exigências da Súmula nº 337, I, a, do TST, seria indispensável que o recorrente juntasse cópia autenticada dos acórdãos paradigmas ou indicasse os repositórios autorizados em que foram os arestos publicados em sua integralidade, ônus do qual não se desincumbiu.

CONCURSO PÚBLICO. TRABALHADORES DE CONSELHO PROFISSIONAL. ARGUIÇÃO DE INFRINGÊNCIA AO ART 37, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DIRETA E LITERAL. NÃO CONHECIMENTO DA REVISTA. ART. 896, C, DA CLT.

I - O art. 37, II, da Constituição, apesar de referir-se ao requisito do concurso público para investidura em cargo ou emprego público, nada dispõe sobre a necessidade do certame para ingresso nos denominados conselhos profissionais. O preceito, por sua generalidade, não enseja violação direta, tal como exigido pelo art. 896, c, da CLT, mas, quando muito, reflexa, decorrente da afronta aos dispositivos infraconstitucionais que regem a matéria.

II - Recurso não conhecido.

RR 69501-19.2007.5.02.0033 Data de Julgamento: 24/02/2010, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 19/03/2010.

RECURSO DE REVISTA DO CREA/SP E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ANÁLISE CONJUNTA. CONSELHO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. NATUREZA JURÍDICA. CONTRATO DE TRABALHO. NECESSIDADE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. EFEITOS DA NULIDADE. A jurisprudência desta C. Corte perfilha do entendimento de que os conselhos federais e regionais de fiscalização do exercício profissional, por possuírem autonomia administrativa e financeira, não se submetem ao mandamento constitucional inserto nos artigos 37, II e 41. A questão, todavia, relativa ao vínculo de emprego, por não estar precedido de concurso público ainda não foi totalmente pacificada, em relação à obrigatoriedade de submissão, em face da natureza jurídica de autarquia, definida quando do julgamento da ADIN

1717, quando se entendeu pela natureza jurídica híbrida dos conselhos de regulamentação e fiscalização das profissões, cuja atividade detém interesse público. Ante a celeuma que envolve a matéria, é de se levar em consideração o princípio da proteção e a boa-fé em que se vislumbra a inserção de empregados nessas autarquias, ainda que sem concurso público. Assim, apenas haverá se falar na aplicação da jurisprudência inscrita na Súmula 363 do C. TST, quando dirimida a matéria perante o E. STF que, mesmo adotando o entendimento de que tais entidades detém natureza de direito público, ainda não se manifestou sobre aqueles empregados públicos que estão nessa zona cinzenta, com o fim de que recebam as verbas rescisórias, eis que a E. STF, mesmo quando verificada a obrigatoriedade de concurso público, já se manifestou pela validade dos empregos assim não formalizados, adotando como *actio nata* para aplicação dos princípios que norteiam o administrador público o momento em que pacificada a jurisprudência. Recurso de revista não conhecido **RECURSO DE REVISTA DO CREA/SP. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT.** A controvérsia reside na verificação da necessidade ou não de concurso público e a decorrente nulidade do contrato de trabalho entabulado sem a observação desse requisito, em face da natureza jurídica dos conselhos de fiscalização do exercício profissional. Na hipótese dos autos, a dispensa decorreu de Termo de Ajuste de Conduta firmado com Ministério Público, no sentido de não se entabular contrato de trabalho sem a prévia realização de concurso público, e o Tribunal *a quo* reconheceu a nulidade do contrato, determinando o pagamento das verbas rescisórias a título indenizatório, o que demonstra e reforça a polêmica em torno da natureza do contrato de trabalho. A interpretação teleológica do art. 477, §§ 6º e 8º, da CLT, impõe o reconhecimento de a multa de que trata tal dispositivo tem natureza de penalidade, devendo ser observada como medida repressiva, buscando sempre atingir o fim para o qual se propõe. Não é por menos que a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que é incabível a multa quando houver fundada controvérsia quanto à existência da obrigação cujo inadimplemento gerou a multa. No caso, ressalta evidente que o reclamado, ao efetuar a dispensa, o fez eivado da certeza de que observava os termos da lei e os princípios maiores resguardados na Constituição Federal, sem a intenção de infringir direitos trabalhistas ou se locupletar com o não pagamento de parcelas trabalhistas, não violando, portanto, a finalidade do art. 477, § 8º, da CLT, razão pela qual é indevida a multa de que trata tal dispositivo. Recurso de revista conhecido e provido.

RR 179200-32.2008.5.02.0025 - Publicação: DEJT 10.06.2011

Relator: Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos

Recorrente: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren

Recorrente(s) Ministério Público do Trabalho

EMENTA: RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO - COREN. MATÉRIA COMUM A AMBOS OS APELOS. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. NATUREZA AUTÁRQUICA. CONCURSO

PÚBLICO - DESNECESSIDADE (violação aos artigos 37, II, § 2º, da CF/88 e contrariedade à Súmula nº 363 desta Corte). Os conselhos regionais são órgãos dotados de recursos próprios e exercem suas atividades com ampla autonomia financeira e administrativa. Assim, fundado é o reconhecimento de que a pessoa jurídica criada (conselho regional) é uma entidade paraestatal atípica, por se tratar de órgão dotado de recursos próprios. Assim, o CRO-MG não se enquadra nos moldes do artigo 37 da Constituição Federal. Não demonstrada a violação à literalidade de preceito constitucional ou a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, não há de se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento nas alíneas a e c do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.

B) RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MULTA. PROVIMENTO. INEXISTÊNCIA. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. O recurso de revista, apelo de natureza extraordinária, tem sua fundamentação vinculada, somente lhe dando ensejo as hipóteses previstas no artigo 896, a, b e c, da CLT. Assim, meras referências à eventual desacerto da decisão ou pedidos de modificação desta não ensejam o processamento do recurso de revista, a teor do artigo 896, a, b ou c, da CLT. Cabia à parte indicar violação do artigo 538, parágrafo único, do CPC, o que não fez na hipótese. Incidência da Súmula nº 221, I. Recurso de revista não conhecido.

E-RR 115100-56.2006.5.22.0001 - Publicação: DEJT 14.10.2010

Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Embargante: Ministério Público do Trabalho da 22ª Região

Embargado: Conselho Regional de Odontologia do Piauí - CRO/PI

DECISÃO : , por unanimidade, conhecer dos Embargos por divergência jurisprudencial e, no mérito, por maioria, negar-lhes provimento, vencidos os Exmos. Ministros Aloysio Corrêa da Veiga, relator, Antônio José de Barros Levenhagen, Augusto César de Carvalho e Delaíde Miranda Arantes.

EMENTA: EMBARGOS - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PIAUÍ - NATUREZA JURÍDICA - REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS - CONCURSO PÚBLICO - INAPLICABILIDADE DO ART. 37, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AUTARQUIA *SUI GENERIS* QUE NÃO INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA - NÃO INTERFERÊNCIA DO PODER PÚBLICO - DIREITO FUNDAMENTAL AO LIVRE EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES. Os conselhos federais e regionais de fiscalização do exercício profissional, por não serem considerados autarquia em sentido estrito e deterem autonomia administrativa e financeira, não integram a Administração Pública direta e indireta e, por conseguinte, não se submetem ao mandamento constitucional inserto no art. 37, II. A pretendida aplicação da exigência de concurso público prevista no inciso II do art. 37 da Magna Carta aos conselhos profissionais atrita com a vontade e a inteligência da Constituição Federal, que, no inciso XIII do art. 5º, elegeram como direito

fundamental o livre exercício das profissões e não resiste à interpretação sistemática com diversos preceitos constitucionais que regulam a criação de cargos, empregos e funções públicas. Ocorre que os diferentes quadros de pessoal dos conselhos profissionais não estão organizados em cargos, empregos ou funções públicas, inexistindo legislação nesse sentido.

Afasta-se, assim, também sob esse prisma, a necessidade de aprovação em concurso público para ingresso nestas entidades autárquicas *sui generis*, natureza jurídica definida pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da ADI nº 1.717, pois a dicção do inciso II do art. 37 da Magna Carta é clara no sentido de que tal exigência se dá para a investidura em cargo ou emprego público, o que não é o caso. Por conseguinte, para o ingresso nos quadros do conselho profissional não é obrigatória a submissão a concurso público. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido.

TST mantém decisão que estabelece marco para obrigatoriedade de concurso para CREA-MG

(Sex, 09 Mar 2012 10:41:00)

A **Segunda Turma** do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Ministério Público do Trabalho da 3ª Região (MG) pelo qual buscava demonstrar a necessidade de concurso público para os trabalhadores do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - CREA/MG. **A Turma entendeu que o CREA-MG não se enquadrava no disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal.**

Responsáveis por fiscalizar o exercício profissional de uma categoria específica de profissionais, os conselhos, na doutrina mais recente, representam autarquias federais corporativas e especiais. Mas para o MPT, por ser uma autarquia, o CREA-MG deveria seguir a regra constitucional do concurso público obrigatório, conforme o artigo 37, II, da Constituição Federal.

A **ação civil pública** foi ajuizada em 2006 após denúncia do Sindicato dos Empregados de Conselhos e Ordens de Fiscalização do Exercício Profissional do Estado de Minas Gerais de irregularidades no CREA-MG. Segundo a ação, somente a partir de 02.05.2002 a entidade passou a admitir empregados mediante prévia aprovação em concurso. Todavia, o ministério alegava que, além de alguns empregados terem sido admitidos sem concurso após essa data, o marco a ser adotado para exigência de contratação de pessoal mediante concurso público não poderia ser outro que não 5.10.1988, ou seja, data da promulgação da Constituição Federal.

A discussão chegou ao TST, e o entendimento da Segunda Turma foi de que os conselhos regionais têm autonomia administrativa e financeira, não estando obrigados a realizar concurso público para admissão de seus empregados.

De acordo com o relator do processo no TST, José Roberto Freire Pimenta, o fato de os conselhos não estarem submetidos à interferência da Administração Pública se justifica, em última análise, "como forma de assegurar a liberdade de exercício profissional, possibilitando que a própria categoria exija de seus integrantes o cumprimento das normas legais pertinentes a cada conselho regional".

Embora o TST tenha rejeitado o recurso do Ministério Público do Trabalho, manteve o entendimento regional quanto à data de 18/05/2001 como marco inicial para obrigatoriedade de concurso público para o CREA-MG. Isso, para atender ao um princípio legal do *non reformatio in pejus*, que diz que os tribunais não podem reformar a decisão para prejudicar o recorrente.

Processo: RR 96500-86.2006.5.03.0139

Conselho Regional de Educação Física não é obrigado a contratar mediante concurso

(Ter, 24 Abr 2012 12:37:00)

A **Quinta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Ministério Público do Trabalho da 1ª Região (RJ) em **ação civil pública** na qual pretendia que o Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro contratasse empregados por meio de concurso público.

O MPT pretendia, em seu recurso, reformar decisão contrária proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho. De início, o TRT-RJ destacou que o Conselho Regional de Educação Física é uma autarquia corporativa cuja finalidade é organizar e fiscalizar o exercício da profissão dos professores da área. Lembrou ainda que essas entidades fiscalizadoras do exercício de profissão regulamentada constituem autarquias diferenciadas, às quais não se aplicam as disposições legais gerais atinentes à administração interna das entidades autárquicas instituídas e mantidas pelo poder público.

O relator do recurso de revista ao TST, ministro João Batista Brito Pereira, observou que aos conselhos de fiscalização de exercício profissional não são aplicáveis as normas de pessoal das autarquias federais. Trata-se de autarquias atípicas, uma vez que possuem autonomia financeira e administrativa. Nesse contexto, portanto, "tais entidades não se sujeitam às normas constitucionais relativas à admissão de pessoal mediante aprovação prévia em concurso público", concluiu Brito Pereira.

Assim, considerando o entendimento pacificado acerca da matéria e o consequente afastamento das violações apontadas, principalmente a do artigo 37, inciso II, da Constituição da República, a Quinta Turma, à unanimidade, não conheceu do recurso do Ministério Público do Trabalho da 1ª Região.

Processo: RR 128800-69.2008.5.01.0048